

APRESENTAÇÃO

SOBERANIAS, (CONTRA) HEGEMONIAS E HORIZONTES PÓS-COLONIAIS

Nesta décima-oitava edição da REALIS, correspondente ao Vol. 9, N.2 (2019), apresentamos uma série de oito artigos inéditos que recebemos em regime de "fluxo contínuo". Esta edição intitula-se "Soberanias, (contra)hegemonias e horizontes pós-coloniais" porque tratam-se de fatores epistêmicos presentes de forma explícita ou indireta em todos os textos: alguns com um enfoque mais teórico, outros mais focados na análise empírica de realidades particulares ou pela busca de metodologias de coleta e reflexão de dados qualitativos alinhados ao antiutilitarismo e à pós-colonialidade. Os artigos discutem temas diversos como desenvolvimento, políticas culturais, solidariedades, desigualdades sociais, etnocentrismos, migrações internacionais, geopolítica e produção de conhecimento acadêmico.

A formulação e conceptualização de estratégias contra-hegemônicas ou "insurgentes" diante dos imperativos econômicos e geopolíticos e de luta por soberanias nacionais estão presentes como um fio-condutor interligando os diversos artigos e a resenha apresentada. Entendemos por "horizontes pós-coloniais" a este heterogêneo e conflitivo amálgama de articulações e ações coletivas visando medidas de controle e, principalmente, liberdades e autonomias culturais, identitárias, epistemológicas, (geo)políticas, territoriais e econômicas, ou seja, os estudos e investigações remetem direta e indiretamente aos conflitos pelas restituições de alguma(s) forma(s) de soberania outrora perdida, vilipendiada ou usurpada. Obviamente, as reivindicações por soberania são compreendidas a partir das ideias de nação que contemplam perspectivas sincrônicas e diacrônicas, isto é, desde noções clássicas e historicamente situadas como micronacionalismo e irredentismo, como também os preceitos de plurinacionalidade e pós-nacionalismo (entre outros) que circunscrevem as realidades contemporâneas.

Esta edição traz análises empíricas desde Brasil, Costa Rica, Irã, Moçambique e República Tcheca. Os textos escritos por autoras/es de diferentes nacionalidades refletem bem a sinergia e dinamismo do pensamento antiutilitarista e pós-colonial, evidenciando também o já consolidado caráter internacionalista da REALIS: uma revista

que em sua 18ª edição promove a concatenação de reflexividades críticas oriundas de África, América Central, América do Sul e Europa. Gostaríamos de agradecer a todas e todos que contribuíram para a consecução de mais este número: autoras e autores, pareceristas e membros do comitê editorial e científico da REALIS.

As reflexões desta edição são iniciadas com o texto *“Desarrollo versus Democracia: Impasses (estancamientos) históricos y salidas por el Republicanismo Solidario”*, de Paulo Henrique Martins. O autor demonstra, através dos dados apresentados, que os dispositivos de organização das “solidariedades nacionalistas” presentes no “republicanismo solidário plural” não visam fomentar os apelos populistas ou de outras modalidades autoritárias de manipulações políticas. Ao invés disso, tais dispositivos promovem reflexividades críticas sobre como as relações entre as noções de tradição, modernidade e democracia poderiam ser aperfeiçoadas a partir de experiências e contextos particulares nos quais as concepções de cultura, identidade e alteridade não constituíssem, necessariamente, obstáculos para novas práxis políticas. Ou seja, um novo “pacto republicano” permitiria formas de organização social nas quais os bens comuns pudessem ser efetivamente democratizados por meio de uma reorganização dos partidos políticos e também das políticas públicas, tanto nas esferas da promoção dos mecanismos de proteção social, quanto do reconhecimento das diversidades visando o pluralismo e a isonomia jurídica.

O artigo *“Pensar la solidaridad redistributiva en escenarios de diversidad cultural: integración, políticas en salud y poblaciones indígenas”* de Mauricio López Ruiz reflete sobre práticas de solidariedade redistributiva através de políticas públicas direcionadas ao tratamento da diversidade cultural. Tendo como referenciais empíricos algumas políticas de saúde voltadas para populações indígenas da Costa Rica e que foram operacionalizadas nos últimos anos, tais questões são analisadas pelo autor a partir de uma tipologia que distingue quatro princípios de integração: assimilação (em suas vertentes universal ou estratificada), multiculturalismo e interculturalidade. De acordo com o autor, as limitações aos enfoques biomédicos ou relacionados aos fatores de estratificação social dificultavam a percepção de como as particularidades culturais constituem, no caso costarricense, fatores que geram ou agravam situações de desigualdade. Por isso, as reflexões do texto apontam que estas políticas públicas de

saúde adquirem maior eficácia quando contemplam as cosmologias em jogo e são reformuladas a partir do reconhecimento dos laços de fraternidade. Tais laços são relevantes porque subjazem as concepções de Estado de bem-estar que se cruzam nos diálogos entre esferas governamentais e populações tradicionais da Costa Rica.

“Manoel Bomfim e o pensamento insurgente latino-americano: Algumas notas para o debate” é um artigo que discute a historicidade e analisa a construção social do pensamento deste pensador brasileiro na sua busca pelo que poderíamos chamar de “soberania intelectual”. A autora do artigo, Gislania de Freitas Silva, reflete sobre o conceito de *parasitismo social*, entre outros, para argumentar que a experiência pessoal e o desenvolvimento intelectual de Bomfim são extremamente significativos ao pensamento social brasileiro não tanto singularidade de suas ideias, mas, sobretudo, por revelar, em sua trajetória, aspectos gerais de uma sociedade que atravessou mudanças políticas e sociais profundas. O texto argumenta, de forma bem embasada teórica e documentalmente, que os conflitos pessoais e disputas científicas de Bomfim refletem conflitos sociais mais amplos de uma sociedade forjada sobre o trabalho escravo e que teve o racismo, a violência e a exploração como elementos constituintes de sua configuração histórica como Estado-nação. Nesse sentido, a autora conclui que a aceitação e a recusa das ideias de Bomfim refletem conflitos e relações de poder que permeiam as estruturas sociais do Brasil, evidenciam as dificuldades desta nação em reconhecer-se como um país plural e, conseqüentemente, conviver de forma equânime com os diversos segmentos étnico-raciais que compõem sua heterogênea população. O texto inova na medida em que articula as principais ideias deste teórico brasileiro com conjunturas de poder e dominação político-ideológicas que permeavam e que ainda continuam presentes na sociedade brasileira.

Um estudo empírico sobre as possíveis formas de compreender as lógicas culturais a partir das quais imigrantes senegaleses interagem e se inserem no cotidiano de cidades do sul do Brasil é o que nos propõe Paulo Ricardo Müller, em seu artigo “Um Esboço de análise antiutilitarista do binômio Imigração/Trabalho. Aportes senegaleses”. O autor apresenta dados históricos e etnográficos para refletir sobre os conflitos e complementaridades que emergem destes processos interculturais e que expressam diferentes formas de articulação entre perspectivas utilitaristas: algumas concebendo a

imigração como fenômeno determinado eminentemente por razões econômicas, e outras perspectivas, não-utilitaristas, que logram perceber e contemplar outras dimensões, históricas e socioculturais, como igualmente influentes sobre as dinâmicas desta imigração e suas consequências para as relações sociais envolvidas.

No texto *“El (des)conocimiento del Otro. La imagen estereotipa de México sostenida por los universitarios de la República Checa y sus transformaciones”*, Zuzana Erdösová e Rafael Juárez Toledo estudam o processo de construção das narrativas sobre a alteridade cultural mexicana por parte de alguns universitários da República Tcheca. Os autores utilizam a análise do discurso para explicar como tal imagem surgiu e como ela foi modificada concomitante as transformações das últimas décadas sofridas pela sociedade tcheca e mexicana. As conclusões do artigo sugerem que os processos de abstração, problematização e apropriação crítica dos dados disponíveis em certos momentos históricos sobre o heterogêneo grupo social alheio, constituem processos factíveis a partir da transição dos estereótipos socialmente compartilhados em direção a narrativas mais subjetivas que consideram, entre outros fatores, os locais de fala dos próprios mexicanos e como alguns intelectuais daquele país refletem sobre a heterogênea e instigante historicidade imagética, semiótica e arquetípica do México.

Tamires Maria Alves produz diálogos profícuos entre teorias pós-coloniais e estudos das Relações Internacionais que envolvem o Oriente Médio, em seu artigo “A construção retórica de uma ameaça: o caso iraniano”. Através da perspectiva pós-colonial e histórica apresentada, é possível perceber as contingências e alianças políticas, os interesses econômicos e os etnocentrismos dos discursos que modificaram a imagem do Irã: de uma nação “aliada” a um país fundamentalmente “retrógrado” e “ameaçador”. Tais discursos negam a possibilidade analítica de que este país possa, através de sua bandeira do nacionalismo político, tentar resistir aos imperativos que norteiam as relações de poder da lógica de “modernidade ocidental” capitaneada pelos EUA, principalmente.

Luca Bussotti e Reginaldo Albino Gundane assinam o artigo “Políticas culturais em Moçambique entre Identidade Nacional e Instâncias Locais (1975-2009)”. A partir de uma abordagem metodológica de tipo qualitativo focada na análise documental e legislativa disponível, os autores argumentam que no período socialista, as políticas

culturais expressavam visões enraizadas numa interpretação particular desta ideologia (o socialismo) e como consequências, elas não consideravam adequadamente as particularidades culturais nos níveis locais que compunham o multifacetado Estado moçambicano. Com o advento da “Segunda República”, Moçambique mudou radicalmente a sua postura em relação às políticas voltadas para a cultura: passando de “autor, disseminador e controlador da cultura”, para “legislador e facilitador das ações culturais”. Se por um lado, o Estado se tornou menos interventivo e mais regulador, por outro, permitiu-se a ampliação das forças do mercado, de forma desprovida de prévias reflexividades críticas acerca das suas consequências. Como resultado, segundo os autores, algumas manifestações culturais e tradicionais daquele país tiveram que adaptar-se a certos imperativos neoliberais, realidade que vem sendo modificada pelas “políticas culturais da terceira geração (1997-2009)”. Nesta fase mais recente, o Estado aperfeiçoou sua legislação cultural, buscando redefinir estratégias, ampliando os canais de diálogo intercultural e promovendo a esfera da “cultura” como uma potencialidade para o desenvolvimento econômico de Moçambique.

A seção de artigos conta ainda com a colaboração de Carolina Monteiro de Castro Nascimento, que nos apresenta seu texto “A Questão Centro/Periferia no contexto europeu: Analisando a República Tcheca” no qual analisa a inserção deste país na geopolítica internacional das últimas décadas. As reflexões apontam que durante a maior parte do século passado, esta nação europeia teve seu atual território invadido e subjugado, depois tornou-se política e economicamente dependente de outros Estados, o que ocasionou complexas reformulações e alienações no tocante a sua cultura, história e tradição. Ou seja, trata-se de uma análise sobre a construção histórica recente de um país periférico e membro da UE, com seus entraves políticos e econômicos particulares dentro das heterotopias atuais que delineiam os “centros” e as “periferias” do Velho Continente. Esta edição ainda possui a resenha do livro “*Teoria Crítica da Colonialidade*”, de autoria de Paulo Henrique Martins e que foi publicado pela Editora Ateliê de Humanidades em 2019. Tal resenha foi escrita por Ricardo Pagliuso Regatieri.

Com esmero e dedicação, oferecemos aos leitores uma edição pertinente, com análises criativas e inovadoras que permitem a articulação de variadas perspectivas analíticas, tanto em termos de busca por novas premissas epistêmicas, quanto por

contextualizações históricas inéditas e consequentes dinamizações de temas “tradicionais” nas áreas do antiutilitarismo e da pós-colonialidade. Os artigos apresentados, de autoria de sociólogos, antropólogos, juristas, cientistas políticos, linguistas e internacionalistas evidenciam a relevância social, política, cultural e acadêmica da produção de conhecimento científico no âmbito das ciências humanas. Além disso, enfatizam o caráter mtidisciplinar que é constitutivo da REALIS desde sua primeira edição. Desde Brasil e Alemanha, nós coordenadores desta edição desejamos uma boa leitura e profícuas reflexividades a todas e todos.

A imagem que ilustra a capa é Mofumbe (*Ce qui importe*), do cubano Wifredo Lam. Produzida em Cuba no ano de 1943, a obra vanguardista apresenta elementos surrealistas que retratam tanto a influência e convivência que teve com outras personalidades como Pablo Picasso, Frida Kahlo, Diego Rivera, Claude Lévi-Strauss e André Breton, quanto sua genealogia intercultural: filho de um chinês imigrado ao Caribe e de uma cubana descendente de africanos e espanhóis. Alguns críticos de arte costumam classificar esta obra como “surrealista e afrocêntrica”. Diante da perplexidade das notícias oriundas da Europa sobre a Segunda Guerra Mundial, Lam se inspirou em elementos da santeria para transmitir ao mundo uma mensagem de esperança diante do caos: Mofumbe (o que importa) é a capacidade de sonhar e transformar o mundo através dos nossos desejos e resiliências. Que esta edição da REALIS, assim como as anteriores, fomentem o desejo de lutar por horizontes pós-coloniais, inspirem questionamentos e fortaleçam nossas capacidades de persistir, resistir e, com isso, concretizar parte de nossos sonhos.

Recife/Friburgo, 27 de maio de 2020

Éder Lira de Souza Leão

Professor do Departamento de Ciências do Consumo – Universidade Federal Rural de Pernambuco, (UFRPE, Brasil)

Marcos de Araújo Silva

Investigador Integrado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA, Portugal) e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO, Argentina)